

# Passarinho não admite ofensas

## ao Senado

O presidente do Congresso, Jarbas Passarinho, por não aceitar "ofensas de quem quer que seja", devolveu ontem, pelo Correio, a prefeitos gaúchos, dois documentos que eles lhe remeteram, chamando o Senado de "inoperante", "impatriótico" e "insensível", por não ter liberado empréstimos para o Rio Grande do Sul.

Em sessão noturna da última terça-feira, o senador comunicou o fato ao plenário. E ontem ele mandou distribuir cópias dos documentos a todos os senadores.

Os empréstimos pelos quais reclamavam os prefeitos foram aprovados pelo Senado na quarta-feira.

O primeiro documento — um telex — foi remetido ao Senado em abril passado. Nele, os prefeitos gaúchos protestam contra a "inoperância e a insensibilidade" dos senadores. Afirmam ainda que, não votando os empréstimos, os parlamentares estavam procurando "um confronto" com os prefeitos, que estavam dispostos a denunciar publicamente os nomes daqueles que "recebem jetons sem trabalhar".

O outro documento é um ofício da Associação dos Municípios do Alto Uruguai (Amau), assinado pelo seu presidente, "Elói Jao Zanella, e data do último dia 23 de agosto. Os prefeitos filiados ao órgão classificam o Senado de "impatriótico" por não aprovar empréstimo de US\$110 milhões para o Governo do Rio Grande do Sul.

### O CLIMA

O presidente do Senado, Jarbas Passarinho, era atendido por um médico que lhe media a pressão. A sua frente, o senador Dirceu Cardoso (PMDB-ES) "almoçava" um reforçado sanduíche de frango. Atrás deles, vários senadores bocejavam. Este era o clima no plenário do Senado, na noite de quarta-feira, quando, após mais de um ano, conseguiu-se aprovar, de uma só vez, 39 empréstimos a estados e municípios.

Após dez horas de sessão interrompida apenas no horário do almoço, US\$ 422,1 milhões e mais cerca de Cr\$ 79 bilhões estavam liberados. E beneficiados os governos do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Ceará, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Espírito Santo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Empréstimos internos foram autorizados para 20 prefeituras, distribuídas pelos estados do Amazonas, São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraíba, Minas Gerais, Ceará, Espírito Santo, Bahia e Sergipe.